

OS BOICOTES AOS JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU (1980) E LOS ANGELES (1984) NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

**The boycotts of the Olympic Games in Moscow (1980) and Los
Angeles (1984) in the context of the Cold War**

**Los boicots a los Juegos Olímpicos de Moscú (1980) y Los Ángeles
(1984) en el contexto de la Guerra Fría**

Gérson Wasen Fraga¹

Resumo:

Este artigo tem como objetivo oferecer uma análise histórica dos boicotes aos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e Los Angeles (1984), dentro do contexto da Guerra Fria. Partimos do pressuposto que os megaeventos esportivos são momentos privilegiados para a emissão de discursos políticos e a construção de imagens acerca das coletividades nacionais. Deste modo, as duas edições olímpicas em questão se apresentaram como momentos de inflexão no contexto da Guerra Fria, refletindo a rivalidade geopolítica existente entre as grandes potências mundiais, mas também a disparidade tecnológica já existente naquele momento entre Estados Unidos e União Soviética, disparidade esta que se acentuaria ao longo daquela década, culminando com a derrocada do socialismo real no leste europeu em 1989 e o fim da União Soviética dois anos mais tarde.

Palavras-chave: Boicotes. Guerra Fria. Jogos Olímpicos.

Abstract:

This article aims to offer an historical analysis of the boycotts of the Olympic Games in Moscow (1980) and Los Angeles (1984), within the context of the Cold War. We start from the assumption that sporting mega-events are privileged moments for the issuance of political speeches and the construction of images about national collectivities. In this way, the two Olympic editions in question were presented as moments of inflection in the context of the Cold War, reflecting the existing geopolitical rivalry between the great world powers, but also the technological disparity that already existed at that time between the United States and the Soviet Union, a disparity that that would increase throughout that decade, culminating in the collapse of real socialism in Eastern Europe in 1989 and the end of the Soviet Union two years later.

Keywords: Boycotts. Cold War. Olympic Games.

Resumen:

Este artículo pretende ofrecer un análisis histórico de los boicots a los Juegos Olímpicos de Moscú (1980) y Los Ángeles (1984), en el contexto de la Guerra Fría. Partimos del supuesto de que los megaeventos deportivos son momentos privilegiados para la emisión de discursos políticos y la construcción de imágenes sobre las colectividades nacionales. De esta forma, las dos ediciones olímpicas en cuestión se presentaban como momentos de inflexión en el contexto de la Guerra Fría, reflejando la rivalidad geopolítica existente entre las grandes potencias mundiales, pero también la disparidad tecnológica que ya existía en ese momento entre Estados Unidos y la Unión Soviética, disparidad que iría aumentando a lo largo de esa década, culminando con el colapso del socialismo real en Europa del Este en 1989 y el fin de la Unión Soviética dos años después.

Palabras clave: Boicots. Guerra Fría. Juegos Olímpicos.

Introdução

A criação dos Jogos Olímpicos Modernos pelo Barão de Coubertin no final do século XIX é um produto da afirmação dos nacionalismos e do desenvolvimento da sociedade industrial capitalista. Diante da corrida imperialista provocada pela partilha da África e da Ásia pelas nações europeias, da Paz Armada e de um provável conflito internacional que se desenhava no horizonte, teve o Barão – que também era historiador – a ideia de que os jogos pudessem ser um substitutivo para a guerra, aliviando assim as tensões internacionais através da disputa esportiva. Esta transposição dos conflitos internacionais para outros campos viria carregada da ideologia da época: nacionalismo, elitismo e patriarcalismo. Contudo, na formulação de seu espírito, os Jogos Olímpicos Modernos comportavam a percepção de que sua realização deveria se revestir de um caráter de neutralidade política.

O caráter discursivo desta neutralidade ficaria evidente logo nas primeiras edições dos Jogos Olímpicos. Segundo Flávio de Campos, já nos jogos de 1900, disputados em Paris, foram registradas tensões derivadas das cicatrizes da Guerra Franco-Prussiana e das tensões imperialistas entre Inglaterra e França (CAMPOS, 2016, p. 14). Nos jogos de 1920, realizados em Antuérpia (Bélgica), a vinculação entre esporte e política ficaria mais evidente, com os países derrotados na Primeira Guerra Mundial sendo impedidos de tomar parte na competição. De igual modo, os jogos de 1936, disputados em Berlim sob o nazismo, são até hoje lembrados como um paradigma do uso político que um regime pode fazer dos megaeventos esportivos em particular e dos esportes em geral, buscando se legitimar internacionalmente e construir uma visão positiva de si próprio.

Embora seja consenso que a detonação das bombas atômicas sobre Hiroshima e

Nagasaki em agosto de 1945 já objetivasse promover uma demonstração de força dos Estados Unidos diante de um novo contexto que se avizinhava, o período que convencionamos chamar de Guerra Fria pode, a grosso modo, ser localizado temporalmente entre a proclamação da Doutrina Truman em 1947 e a dissolução da União Soviética, em fins de 1991. Tal período, embora marcado pelas ameaças constantes de uma hecatombe nuclear, pela corrida espacial, pelos conflitos periféricos envolvendo Estados Satélites e pela busca da ampliação do conjunto de países aliados pelas grandes potências – em especial após o processo de descolonização da África e da Ásia –, foi também marcado pelas retaliações políticas para outros campos além da diplomacia e da guerra. Dentro destes movimentos, ficaram famosos, por serem alvo de boicotes políticos, os Jogos Olímpicos de 1980, disputados em Moscou e boicotados pelos Estados Unidos e outros sessenta e quatro países integrantes do espectro capitalista, e os Jogos Olímpicos de 1984, disputados em Los Angeles e, por sua vez, boicotado pela União Soviética e outros catorze países integrantes do bloco socialista.

O objetivo deste texto é trazer à discussão o contexto político que produziu os movimentos de boicote àquelas duas edições dos Jogos Olímpicos. Partimos do pressuposto de que os megaeventos esportivos – como os Jogos Olímpicos ou os campeonatos mundiais de futebol – são momentos propícios para a criação e emissão de mensagens e imagens positivas, principalmente por parte das cidades e/ou países anfitriões responsáveis por recebê-los e organizá-los e que têm voltados para si, nestas ocasiões, as atenções e olhares do mundo (Cfe: FRAGA, 2014, p. 17). Contudo, tais momentos comportam, ao mesmo tempo, a possibilidade de ações e manifestações que procuram dar visibilidade a tensões e demandas de natureza não esportiva, como a afirmação ou denúncia de governos autoritários, a afirmação de identidades reprimidas ou mesmo a aplicação de sanções no plano internacional. Estando inseridos no contexto da última década da Guerra Fria, os Jogos de Moscou (1980) e Los Angeles (1984) acabaram por se constituir em momentos privilegiados para visualizarmos a disputa ideológica em um período em que as tensões internacionais envolvendo os blocos capitalista e socialista atingiam um patamar especialmente elevado.

Defendemos aqui que estas duas edições dos Jogos Olímpicos devem ser vistas, sob o aspecto político, como um “bloco”, um movimento de ação e reação dentro do sistema da Guerra Fria. Tal movimento, marcado pelos boicotes alternados de parte dos países capitalistas em 1980 e dos países socialistas em 1984, evidenciou o uso político dos esportes em geral e dos Jogos Olímpicos em particular como instrumento de propaganda e pressão política, o que pode ser facilmente percebido nas marcantes cenas produzidas em suas cerimônias de encerramento em 1980 e abertura em 1984.

De Truman aos jogos de Moscou

Os trinta e cinco anos que se estendem entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os Jogos Olímpicos de 1980 podem ser vistos, para fins de nosso interesse, sob três perspectivas. Por um lado, há a Guerra Fria em si, algo que, para além de um acontecimento, se constituiria em um “conflito multifacetado, racionalmente explicável à luz das enormes transformações que marcaram o século XX” (VIZETINI, 2000, p. 197). Com efeito, a existência de concepções distintas de organização de Estado e economia por parte das duas nações que polarizavam a liderança política no mundo, bem como o fato de que ambas, em curto espaço de tempo, passaram a deter o poder de destruir o mundo a partir do uso das armas nucleares, geraria uma nova realidade, em que os polos se enfrentariam buscando conquistar os corações e mentes da humanidade. Nesta luta ostensiva mas nunca efetivamente iniciada (ao menos por vias diretas), cada lado apresentava seus argumentos, fosse a ideia da sociedade de bem-estar social, do consumo e da democracia burguesa, fosse a sociedade igualitária e socialmente justa construída a partir de um governo de trabalhadores. Claro está que, diante de um olhar mais acurado, as duas potências não teriam como ocultar as diversas contradições que lhes marcavam.

Porém, se deslocarmos nossos olhares para outros cenários – e aqui a segunda perspectiva –, veremos neste período uma constelação de conflitos em áreas periféricas do globo que em nada remete à ideia de uma Guerra Fria. Pelo contrário. O processo de descolonização iniciado após o término da Segunda Guerra Mundial e acentuado a partir de fins dos anos 1950 trouxe para o cenário internacional uma infinidade de novos países que, diante da política internacional polarizada, poderiam optar por organizar seus governos dentro dos moldes do capitalismo, se aproximando da economia liberal estadunidense ou mesmo atrelando suas economias às antigas metrópoles europeias; do socialismo, o que mormente significava romper com todas as estruturas remanescentes do colonialismo europeu, inclusive com a economia de mercado, aproximando-se assim dos valores políticos defendidos pelo Estado soviético; ou ainda incorporar-se ao bloco dos países não alinhados, buscando extrair vantagens de uma posição de neutralidade ao mesmo tempo em que suas especificidades passariam a ser pensadas de forma independente a partir do fim dos regimes coloniais.

Cabe ressaltar que tais blocos não podem ser pensados como monólitos sem fissuras internas, uma vez que existiam interesses divergentes dentro de cada um. Entre os países capitalistas, por exemplo, eras notórias as diferenças de perspectiva quanto ao fim dos impérios coloniais, uma vez que a abertura da economia das novas nações e sua aproximação política aos

Estados Unidos significava, em contrapartida, um decréscimo no poder político e econômico das antigas metrópoles europeias. Por outro lado, a liderança do bloco dos países socialistas tornou-se objeto de disputa entre soviéticos e chineses, especialmente a partir da Revolução Chinesa de 1949 e da materialização efetiva do sudeste asiático como uma área de influência deste país.

Porém, em terceiro lugar e como produto do processo de descolonização, podemos ver este período sob a perspectiva do surgimento de uma infinidade de novas nações que não somente buscavam posicionar-se no sistema geopolítico da Guerra Fria, mas que necessitavam construir todos os elementos que constituem as identidades sob os moldes do nacionalismo ocidental. Em outras palavras, não eram somente novos países que surgiam, mas novos mapas, hinos, bandeiras e tradições. Não raro, as novas nacionalidades incorporavam populações que pouco ou nada teriam em comum e que desta maneira jamais se veriam constituindo, coletivamente, uma determinada nação. Para tais populações, a simples participação de seus países nos megaeventos esportivos poderia ser motivo de orgulho, uma vez que daria visibilidade e materialidade a suas comunidades, ainda que de maneira efêmera. Para estas populações, o conhecido apontamento de Eric Hobsbawm, segundo o qual uma das melhores formas de se visualizar a comunidade imaginada nacional seria através de onze homens uniformizados antes de uma partida de futebol entre seleções tornava-se, ao seu modo, uma realidade (HOBSBAWM, 1998, p. 171.) Logo, tanto quanto filiar-se à Organização das Nações Unidas (ONU), era importante integrar as fileiras de entidades como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) ou o Comitê Olímpico Internacional (COI).

Atente-se para o fato de que o crescimento do número de nações no mundo a partir da descolonização não somente levou ao aumento do número de filiadas nas diversas instituições que zelam pelas práticas esportivas no mundo, mas ocorreu ao mesmo tempo em que afloraram as tensões internacionais oriundas da Guerra Fria. Assim, tanto quanto nos púlpitos políticos das organizações internacionais, as novas nações passariam a conviver com o imperialismo esportivo das novas e velhas terras colonialistas a cada megaevento, sendo cada vitória, cada pódio e medalha uma arma na disputa ideológica contra o inimigo. Longe dos campos de guerra, a supremacia no quadro de medalhas se tornava um item desejado, posto que o esporte serviria agora como um ótimo instrumento de propaganda diante do bloco adversário (CAMPOS, 2016, p. 17). Conforme Luiz Carlos Ribeiro, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética passaram a utilizar o desempenho de seus atletas nos Jogos Olímpicos como meio de promoção de suas agendas políticas, “exercitando a supremacia de um regime sobre o outro”. Assim, o içamento da bandeira e a execução do hino nacional a cada premiação estariam associados ao país, comprovando a eficácia de seu sistema político e econômico (RIBEIRO, 2020, p. 220-221).

Desta forma, as vinculações entre o esporte, o nacionalismo e as questões político-ideológicas foram uma constante ao longo do período da Guerra Fria. Portanto, nada mais “natural” que o atravessamento do esporte pela política, sendo os atletas percebidos como muito mais do que meros representantes de suas pátrias.

Os Jogos Olímpicos no período da Guerra Fria

Embora os Jogos Olímpicos de 1980 e 1984 tenham ficado indelevelmente marcados pelos reflexos da política sobre o esporte, é um equívoco acreditar que apenas estas duas edições tenham sido afetadas pelas tensões políticas da Guerra Fria. Desde que os jogos foram retomados após o fim da Segunda Guerra Mundial, os acontecimentos políticos se fizeram presentes de alguma forma, seja na escolha da sede, na ausência de delegações ou mesmo nos acontecimentos que marcaram o contexto de cada edição. Com efeito, já os Jogos de Londres em 1948 – os primeiros a serem disputados desde a edição de Berlim, em 1936, quando a ideologia nazista se fez presente da arquitetura ao filme oficial – ilustram perfeitamente esta afirmação. A escolha por Londres para a retomada dos ciclos olímpicos não foi aleatória, sendo uma homenagem à cidade que havia sido duramente castigada pelos bombardeios nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. A urbe em reconstrução ofereceu estruturas simples para os atletas, mas não viu delegações de Alemanha e Japão, cuja participação ainda era vetada, nem da União Soviética, também às voltas com sua reconstrução material (curiosamente, a Itália participou sem maiores problemas, chegando em quinto lugar no quadro de medalhas). Esta edição presenciaria ainda a primeira deserção política em um evento esportivo no contexto da Guerra Fria, quando a tcheco-slovaca Marie Provazníková, presidente da Federação Internacional de Ginástica, se recusou a retornar ao seu país alegando ausência de liberdades individuais a partir da constituição do bloco de países socialistas na Europa oriental.

As questões políticas se fariam mais presentes oito anos mais tarde, em Melbourne, quando o mundo presenciaria a promoção dos primeiros boicotes por razões políticas. Por um lado, Espanha, Holanda e Suíça deixaram de enviar suas delegações em protesto contra a presença da União Soviética que, naquele ano, havia invadido a Hungria. Ao mesmo tempo, a intervenção de ingleses e franceses no Canal de Suez levou Egito, Iraque e Líbano a decidirem pela não participação como forma de protesto. Por fim, a China abdicou de sua participação diante da presença de Taiwan.

Ainda que os jogos de 1960 (Roma) e 1964 (Tóquio) parecessem mais tranquilos, cabe lembrar que o primeiro marcou a última participação da África do Sul antes de ser banida por

conta do Apartheid (os sul-africanos retornariam apenas nos Jogos de Barcelona, em 1992). Já os jogos de Tóquio em 1964 ficaram marcados pela homenagem realizada às vítimas do Holocausto Nuclear dezoito anos antes, através da participação do jovem atleta Yoshinori Sakai, nascido em Hiroshima no dia exato da explosão da bomba nuclear, a quem coube a responsabilidade de acender a Pira Olímpica. Deve ainda ser notado que estas duas edições tiveram como sedes as capitais de países que integraram o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial, selando uma reaproximação que no campo da política e da diplomacia já era mais do que evidente.

Esta relativa tranquilidade terminaria em 1968, na Cidade do México. Como se não fosse suficiente o quadro de ebulição global que marcara aquele ano, a poucos dias da abertura dos jogos as forças militares mexicanas passaram a reprimir violentamente os estudantes, funcionários e professores da Universidade Autônoma do México (UNAM) que protestavam contra a ocupação militar da instituição, bem como contra o governo corrupto e centralizador do Partido Revolucionário Institucionalizado (PRI), que há décadas se consolidara como o partido governante do país. As manifestações, iniciadas no fim de julho, teriam seu ápice no início do mês de outubro, na Praça das Três Culturas, em Tlatelolco, quando a polícia abriu fogo de forma indiscriminada contra os manifestantes. O número de mortos é estimado na casa das três centenas, para além de cerca de mil e quinhentos presos (CAMPOS, 2016, p. 18).

Esta edição dos jogos, que também ficou marcada pelo punho erguido dos atletas Tommie Smith e John Carlos, em referência à luta da população negra pelos direitos civis nos Estados Unidos, traz outro fato menos conhecido, mas que aponta para a vitalidade da Guerra Fria e sua penetração nos meios esportivos: pela primeira vez desde o final da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental disputariam os jogos separadamente, posto que desde 1956 as duas nações compunham ainda uma única delegação: a Equipe Alemã Unida.

As duas edições dos Jogos Olímpicos realizadas na década de 1970 também não passariam incólumes aos estremecimentos produzidos pelo clima político internacional. Em 1972, em Munique, a delegação israelense foi alvo de uma ação terrorista promovida pelo grupo Setembro Negro, um braço armado da Organização pela Libertação da Palestina (OLP). O somatório desta ação com a intervenção desastrosa da polícia alemã acabou por vitimar onze membros da delegação (entre atletas e treinadores), um policial alemão e mais cinco palestinos. Os jogos chegaram a ser temporariamente suspensos mas logo foram retomados sob o argumento de que a interrupção poderia atrapalhar o trabalho das forças policiais. Especula-se ainda que a retomada foi também motivada por um pedido da TV alemã, posto que esta não dispunha de um plano B para colocar na grade de programação.

Por fim, os jogos de Montreal, em 1976, assistiriam a primeira realização de um boicote massivo ao evento. O motivo fora a autorização dada pela Nova Zelândia para que sua seleção de Rúgbi excursionasse pela África do Sul, então suspensa das competições internacionais, dada a manutenção do regime de Apartheid. Como o Comité Olímpico Internacional (COI) decidiu por não suspender a participação do país da Oceania, as nações africanas participantes (com exceção de Costa do Marfim e Senegal) se retiraram dos jogos, mesmo após alguns de seus atletas haverem participado das etapas preliminares em diversas modalidades. A estas, somaram-se, em solidariedade, as delegações da Guiana e do Iraque. Cabe recordar aqui que a ocorrência do Massacre de Soweto, acontecido um mês antes do início da competição, mobilizara profundamente a opinião pública mundial, reforçando a posição dos comités africanos ao mesmo tempo em que deixava a posição neozelandesa e do COI ainda mais desconfortável.

Lembremos, por fim, que este boicote aos Jogos Olímpicos de Montreal ocorria não somente no contexto de independência dos países africanos, mas também durante o processo de Guerras Civis resultantes da descolonização, como em Angola e Moçambique. Nestas, a África do Sul possuía um papel fundamental, apoiando e auxiliando movimentos que fossem favoráveis à continuidade do Apartheid e/ou que se opusessem ao surgimento de governos de ideologia socialista ao sul do continente. A Guerra Fria, deste modo, já era um ingrediente presente ao longo das últimas edições, muito embora outros acontecimentos significativos ainda estivessem por vir.

Moscú, 1980: as lágrimas do ursinho Misha

O final da década de 1970 marcou um acirramento no sistema da Guerra Fria. A ascensão de Margareth Thatcher ao posto de primeira-ministra na Inglaterra e a baixa popularidade do presidente estadunidense Jimmy Carter indicavam uma guinada à direita no capitalismo liberal para a década seguinte, acirrando a disputa ideológica com a União Soviética. Isto de fato ocorreria, trazendo a intensificação da corrida espacial e armamentista, bem como o fim das políticas de bem-estar social que haviam marcado a Europa ocidental ao longo dos últimos anos. Em termos geopolíticos, a década que se encerrava trazia a marca da intromissão dos Estados Unidos em processos políticos externos, apoiando e financiando grupos contrarrevolucionários, tais como na Revolução Sandinista na Nicarágua e na Guerra Civil de El Salvador, ambos os processos deflagrados em 1979. Na visão estadunidense, era fundamental evitar que o exemplo da Revolução Cubana fosse seguido por outros países no continente americano.

No outro lado do mundo, neste mesmo ano de 1979, a União Soviética interviria

diretamente no Afeganistão, promovendo a entrada de tropas militares em apoio ao governo socialista do Partido Democrático do Povo do Afeganistão (PDPA), então acossado pela oposição dos guerrilheiros *mujahidins* apoiados financeira e logisticamente pelos Estados Unidos e outras nações como Israel, Turquia, Egito, Suíça, Inglaterra e China. As tensões no Afeganistão davam-se não somente pelas recusa de segmentos ligados ao tradicionalismo islâmico às políticas de modernização conduzidas pelo governo socialista, mas também pelo temor deste diante do desenvolvimento de programas nucleares por parte de nações vizinhas, como o Paquistão, Índia e China.

A invasão soviética no Afeganistão, oficializando a intervenção militar direta, se deu na véspera do natal de 1979. A proximidade entre os dois governos, todavia, não era nova, remontando ao ano anterior, quando Nur Muhammad Taraki, secretário-geral do Partido do Povo Afegão foi alçado ao poder após um golpe contra o então Primeiro-Ministro Daud Kahn. Este, por sua vez, já havia chegado ao comando do país através de um levante militar acontecido em 1973 que apeou a monarquia corrupta e impopular de Mohammed Zahir Xá. O país onde os soviéticos entravam era, desta forma, marcado por uma política instável, por um alto grau de pobreza material e por uma cultura fortemente conservadora que bebia nas tradições locais e em vertentes distintas do islamismo. Não surpreende, desta forma, que as propostas de modernização do governo de Muhammad Taraki, como o fim do dote quando do casamento e a realização da Reforma Agrária, tenham sido tão mal recebidas pelos setores mais conservadores da sociedade afegã, a ponto de transformar o país no “Vietnã da União Soviética” (HOBSBAWM, 1997, p. 464). Esta, por sua vez, tinha interesse na manutenção de um governo simpático à Moscou em suas fronteiras, a fim de evitar perigos maiores, como aqueles representados pela Turquia, onde armas nucleares estadunidenses já haviam sido implantadas após o término da Segunda Guerra Mundial.

A reação à invasão soviética seria instantânea. Para além da condenação coletiva do mundo islâmico, organismos internacionais como a ONU imediatamente se posicionaram de forma contrária à invasão, isso sem falar nos Estados Unidos que, por óbvio, temiam a expansão do socialismo em uma região rica em petróleo e, portanto, estratégica no contexto da Guerra Fria.

Foi neste cenário que os Jogos Olímpicos de 1980 se iniciavam, tendo como palco a cidade de Moscou. Esta, assim como Los Angeles que seria a cidade-sede quatro anos depois, fora preterida em 1976 em favor de Montreal, mas ambas seriam escolhidas para receber os jogos olímpicos subsequentes. A primazia caberia à capital soviética.

O boicote aos jogos de Moscou, neste sentido, foi uma ação política determinada a

partir dos Estados Unidos e conduzida de tal forma que outros 64 países se negariam a competir naquela edição, transformando um megaevento esportivo em uma ferramenta de pressão dentro do contexto da Guerra Fria. O número de nações que abdicaram de sua participação é maior inclusive que o rol dos países periféricos que boicotaram os jogos quatro anos antes, em virtude da já citada excursão da equipe de rúgbi neozelandesa à África do Sul sob a política de Apartheid.

O boicote, desta forma, esvaziava os Jogos Olímpicos, especialmente devido à ausência de duas das principais nações medalhistas na última edição: os próprios Estados Unidos, que haviam chegado em terceiro lugar no quadro de medalhas em Montreal (atrás da União Soviética e da Alemanha Oriental) e a Alemanha Ocidental, que chegara em quarto lugar. Alguns países que aderiram oficialmente ao boicote, porém, não impediram a participação de seus atletas, mas estes deveriam competir sob a bandeira olímpica, e não na condição de representantes de suas nações. Esta seria a brecha para a participação, dentre outros, dos atletas de Itália, França, e Grã-Bretanha. Ainda assim, o quadro de medalhas acabaria dominado pelos países socialistas, tendo a anfitriã União Soviética em primeiro lugar, sendo seguida pela Alemanha Oriental, Bulgária e Cuba. Após os atletas italianos sob bandeira olímpica, mais duas nações socialistas: Hungria e Romênia. A bandeira olímpica volta a aparecer no oitavo e nono lugar, desta vez dando guarida para os atletas de França e Grã-Bretanha. Encerramos a lista dos dez primeiros lugares com mais uma nação socialista: a Polônia.

Ainda que a bandeira olímpica desse guarida para atletas de algumas nações que oficialmente aderiram ao boicote, poderíamos dizer que este foi bem sucedido por uma série de motivos além do aspecto esportivo. O primeiro diz respeito ao evidente uso político dos esportes e do maior dos megaeventos em termos de representatividade global por parte dos Estados Unidos. Ao esvaziar os Jogos Olímpicos de 1980, os ianques não apenas davam uma demonstração incontestável de sua liderança no mundo capitalista, como jogavam também com o aspecto econômico que cercava a organização e realização dos jogos em Moscou. Com efeito, os jogos de Montreal, quatro anos antes, haviam sido um retumbante fracasso financeiro, o que seria novamente esperado diante da ação promovida pelos estadunidenses. Ao mesmo tempo, evitavam que se repetisse a vitória dos países socialistas no quadro geral de medalhas que ocorrera quatro anos antes. E, principalmente, reforçava-se o direcionamento dos olhares do mundo para a situação envolvendo o Afeganistão (que curiosamente participou daquela edição dos Jogos Olímpicos) e a invasão soviética, o que equivalia a tornar os Jogos, ainda que pelo caminho da ausência, um importante palanque no contexto da Guerra Fria. Poderíamos, não fosse a imagem emocionante e inesquecível protagonizada por um personagem: o ursinho Misha, mascote daquela edição.

Com efeito, mais do que as palavras de Leonid Brejnev, Secretário-Geral do Partido Comunista na cerimônia de abertura do evento, lamentando a intromissão da política no esporte e a ausência dos países boicotantes, foi a figura do ursinho Misha, ou mais precisamente de seu choro na cerimônia de encerramento diante de tantas ausências, o que marcou aquela edição dos jogos. Misha, o ursinho mascote, foi uma criação de Victor Tchijikov, um ilustrador de livros infantis soviéticos, e foi “materializado” nas cerimônias de abertura e encerramento através de um mosaico de placas manuseadas desde a arquibancada. A famosa “cena do choro”, em que uma lágrima escorre pelo seu rosto (segundo alguns, devido ao fim daquela edição das competições, mas segundo outros fazendo uma referência à não participação dos países que aderiram ao boicote) entraria para a história como um dos momentos mais emocionantes dos Jogos Olímpicos.

Desta forma, na disputa de narrativas da Guerra Fria, os soviéticos não somente mantiveram a realização do evento, como apresentaram ao fim uma edição organizada com muito sucesso. Ainda que esvaziadas de alguns de seus principais protagonistas, as imagens das competições correram o mundo, passando uma impressão positiva dos anfitriões diante de um boicote motivado por razões políticas. E tudo isto arrematado por uma cerimônia de encerramento que produzira, através de uma técnica simples (mas muito bem ensaiada) uma das imagens mais simbólicas e emotivas da história dos jogos. A responsabilidade dos estadunidenses diante da missão de organizar os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, se mostrava desde já, grande.

Los Angeles, 1984: o homem aos céus na corrida espacial

Como era esperado, quatro anos depois, quando dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, foi a vez dos países socialistas “darem o troco” e promoverem um boicote. Embora numericamente menos expressivo (14 Comitês Olímpicos aderiram ao movimento liderado pelos soviéticos, sendo que alguns dos países do bloco socialista mais representativos em termos olímpicos não deixaram de participar, como China, Iugoslávia e Romênia), novamente os jogos ficavam esvaziados de diversos atletas com potencial para serem protagonistas nas competições e de países que competiriam pelas primeiras posições no quadro de medalhas. Para que este novo boicote não ficasse marcado como uma simples retaliação política, os soviéticos apresentaram o argumento de que os atletas das delegações dos países socialistas encontrariam um clima hostil em solo estadunidense, o que encontrava respaldo no caráter bélico do discurso emanado pelo governo de Ronald Reagan. Ao mesmo tempo, temiam os soviéticos que alguns de seus atletas

pudessem solicitar asilo político, o que seria motivo de grande constrangimento naquele momento e certamente viria a ser utilizado na propaganda da Guerra Fria.

De fato, os quatro anos que separam os jogos de Moscou e os de Los Angeles marcam o aprofundamento na disputa da Guerra Fria através da intensificação da corrida espacial promovida pelos Estados Unidos, materializada especialmente através do Projeto Guerra nas Estrelas, que visava constituir um cinturão defensivo de mísseis que, pretensamente, protegeriam os Estados Unidos de um ataque nuclear, muito embora seus objetivos fossem, na prática, muito mais ofensivos que defensivos. Ao mesmo tempo, estavam ainda muito presentes as referências feitas pelo Secretário-Geral do Partido Comunista Leonid Brejnev quando das cerimônias de abertura e encerramento dos jogos, quatro anos antes, lamentando o boicote das nações capitalistas e a utilização política do esporte, bem como a icônica cena final envolvendo o ursinho Misha. Vale ainda lembrar que, diante da ausência da delegação estadunidense, a bandeira e o hino do país anfitrião não se fizeram presentes como mandava o protocolo, sendo em seu lugar hasteada a bandeira da cidade de Los Angeles e executada uma versão em grego do hino olímpico.

A resposta estadunidense foi dada logo na cerimônia de abertura, e envolveu dois movimentos distintos. O primeiro foi produzir o mais absoluto silêncio a respeito do boicote capitaneado pelos soviéticos. Ao contrário do que fizera Brejnev, a ausência das delegações socialistas foi solenemente ignorada pelos anfitriões. Ao mesmo tempo, a emoção produzida por um ursinho composto por placas coloridas e manipulado por coreógrafos receberia a resposta da tecnologia, propagandeando ao mesmo tempo os valores da corrida espacial conduzida pelo governo Reagan. Assim, a primeira cena icônica daquela edição dos jogos olímpicos foi produzida por um homem que adentrou voando no espaço do Estádio Olímpico de Los Angeles devido a uma espécie de mochila movida a propulsores, criando de fato uma cena altamente futurista. O fim da cerimônia reservaria uma nova surpresa, produzida por uma espaçonave no formato de “disco voador” que pairava sobre o estádio, executando uma interação luminosa com o público.

A contraposição das cerimônias de encerramento em Moscou e de abertura em Los Angeles eram evidentes, tanto quanto o próprio desempenho no quadro de medalhas para a construção de discursos políticos. De um lado, a lamentação quanto ao boicote, a denúncia da utilização do esporte enquanto ferramenta política (muito embora os soviéticos, evidentemente, não ficassem atrás em tal prática), e a utilização de uma tecnologia simples para produzir uma situação de emoção coletiva. De outro, o silenciamento quanto ao boicote e a utilização da visibilidade da competição para difundir um discurso de dominação ideológica e superioridade

tecnológica, presente através das referências à corrida espacial.

A força do elemento “tecnologia espacial” na cerimônia de abertura em Los Angeles evocava não somente o desenvolvimento científico estadunidense, mas um elemento fundamental naquele momento da Guerra Fria. A corrida armamentista que então se desenvolvia tinha nos Estados Unidos o seu principal vetor de aceleração. No polo oposto, a União Soviética dava já sinais evidentes de que somente a um elevado custo material conseguia acompanhar a velocidade do desenvolvimento tecnológico estadunidense. Segundo Eric Hobsbawm, era já notório o descompasso entre uma nação que investia na produção de aço, ferro-gusa e tratores e outra que apostava no desenvolvimento da tecnologia do silício e dos *softwares* (HOBBSAWM, 1997, p. 244). O prolongamento desta relação ao longo daquela década é com certeza um dos elementos que conduziram à decomposição da Europa Socialista em 1989 e da própria União Soviética em 1991.

Muito embora a intervenção soviética no Afeganistão continuasse, este tema não foi levantado naquele ano pelos agora organizadores. Também não foram mencionadas as intervenções estadunidenses em Granada no ano anterior, na Revolução Sandinista na Nicarágua (patrocinando os mercenários conhecidos como “Contras”), seu envolvimento na Guerra Civil Libanesa ou mesmo na Guerra Irã-Iraque, na qual venderam armas para os dois lados.

Sem a concorrência dos soviéticos e da maior parte das delegações socialistas, os Estados Unidos terminaram por liderar o quadro de medalhas com folgas, conquistando um total de cento e setenta e quatro medalhas, sendo oitenta e três de ouro. Nas dez primeiras posições, porém, apareceram os três países socialistas que não aderiram ao boicote: a Romênia em segundo lugar, com vinte ouros e cinquenta e três medalhas no total; a China em quarto lugar, com quinze medalhas de ouro e trinta e duas no total, e a Iugoslávia em nono lugar, com sete medalhas de ouro e dezoito no total.

Conclusão

O uso político dos esportes longe está de ser uma novidade. O potencial que as práticas esportivas possuem em mobilizar sentimentos nacionalistas através do acesso a símbolos nacionais como hinos, bandeiras e camisas, bem como através da criação de heróis, normalmente através da figura dos vencedores, é prática antiga e, podemos dizer, consagrada pelo uso. Exemplos neste sentido são aqui desnecessários. No entanto, as duas edições dos Jogos Olímpicos acontecidas na primeira metade da década de 1980 apresentaram elementos que ultrapassaram a mera utilização como propaganda nacional, sendo antes celebrações de sistemas políticos ao mesmo tempo em que eram utilizadas como ferramenta de denúncia por parte das

nações boicotantes.

Tomadas como duas partes de um mesmo bloco, os Jogos de 1980 e 1984 não deixariam de evidenciar, ao seu modo, o desequilíbrio que para muitos já se tornara visível na corrida armamentista daquela década e que contribuiria para o fim dos regimes socialistas no leste europeu e da própria União Soviética. Neste sentido, o uso da tecnologia espacial na abertura dos Jogos de Los Angeles era um ingrediente que, mais do que produzir efeitos visuais, visava assinalar para o mundo o papel de preponderância militar que cabia aos Estados Unidos naquele momento.

Quatro anos mais tarde, em Seul, os dois países teriam a oportunidade de medir forças pela última vez, posto que em 1992, quando dos jogos de Barcelona, o mapa da Europa e o contexto político já seriam outros.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Flávio de. A política no pódio: episódios de tensões e conflitos nos Jogos Olímpicos da Era Moderna. **Revista USP**, São Paulo: USP, n° 108, p. 11-20, jan-mar, 2016.

FRAGA, Gérson Wasen. **Uma triste história de futebol no Brasil: o Maracanã**. Nacionalidade, futebol e imprensa na Copa do Mundo de 1950. Passo Fundo. Méritos, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A (des)politização dos Jogos Olímpicos modernos. **História: Questões e Debates, Curitiba**: UFPR, vol. 68, n° 37, p 208-228, jul-dez, 2020.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A *Pax Americana* e o desencadeamento da Guerra Fria: a fase europeia. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O Século XX, volume 3: o tempo das crises – revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 195-225.

Notas:

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – campus Erechim. E-mail: gwfraga@terra.com.br / <https://orcid.org/0000-0003-3273-1687>